

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 866 - de 21 de maio a 6 de junho de 2020

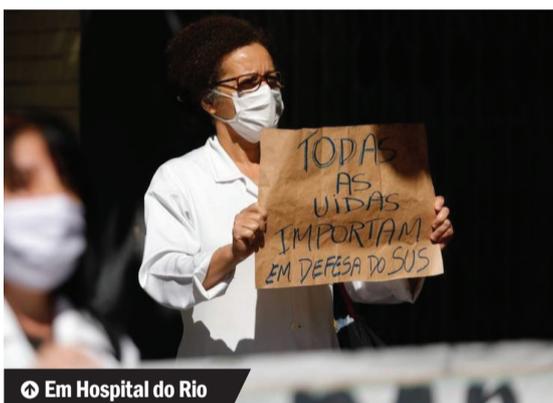
ORGANIZADOS, OS TRABALHADORES REAGEM



↓ Servidores do DF



↻ Enfermeiros do DF



↻ Em Hospital do Rio



↻ Em um Hospital de BH



↻ Entrega do pedido coletivo de impeachment, assinado pelo PT



↻ Bairro da Lapa (SP), pela reabertura de hospital público



↻ Estudantes em Brasília pelo adiamento do Enem

A LUTA EM DEFESA DA VIDA, DOS DIREITOS E PELO FIM DO GOVERNO VAI VOLTANDO ÀS RUAS



APOIE A NOSSA IMPRENSA!

ASSINE O JORNAL O TRABALHO

R\$ 10/mês

No próximo período, o Jornal O Trabalho não será impresso. Faça sua assinatura e tenha acesso à leitura online em nosso site.

ENEM

Campanha impõe recuo ao governo

pág.2

NACIONAL

Bolsonaro quer salvo conduto para seus crimes frente à pandemia

pág.8

HISTÓRIA

42 anos da greve na Scania

pág.9

INTERNACIONAL

Argélia está sobre um vulcão

pág.11

Forte campanha pelo adiamento do Enem

Governo sente a pancada e agora anuncia adiar em 30 ou 60 dias

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) abriu inscrições dia 11 e já alcançou 3 milhões de inscritos, mesmo os estudantes não fazendo ideia de como ficará o calendário letivo e como vão se preparar para o exame. O Enem é a principal forma de acesso ao ensino superior, sendo base para o SISU (sistema unificado) e critério para Prouni e Fies. No entanto, a UBES, UNE, sindicatos, centrais sindicais, entidades científicas, reitores, parlamentares, governadores, etc, exigem adiamento da data, inicialmente prevista para novembro. A pressão atingiu o Congresso, que discute projeto de adiamento, mas, sobretudo, o governo Bolsonaro, que sentiu a pancada e recuou, admitindo adiar. O ministro da Educação, Weintraub, com o crescimento da pressão pelo adiamento, primeiro falou em fazer consulta aos estudantes inscritos e agora anuncia, neste 19 de maio, com o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), que o Enem será adiado por 30 ou 60 dias.

“Pandemia escancarou desigualdade”

“Como vamos nos preparar?” Essa é a pergunta que fica na cabeça de milhares de jovens, principalmente os da rede pública. Muitos não têm acesso à internet, computadores ou materiais didáticos, principalmente

nas periferias, onde também falta espaço adequado para estudo. “A realidade não é a mesma para todos, não tem como estudar de qualquer lugar e do jeito que der”, afirmou um estudante secundarista da Juventude Revolução do PT.

Em São Paulo, muitos não receberam ou nem se quer sabem que a prefeitura distribuiu material didático. Menos da metade dos 3,5 milhões de estudantes da rede estadual paulista acessaram a plataforma do governo para aulas à distância. Além disso, pais e mães têm dificuldade de acompanhar os filhos na rotina de estudos. Essas famílias também estão sofrendo com o desemprego, a diminuição de renda e o descaso do Estado.

Reitores das universidades públicas do Rio de Janeiro afirmam que a manutenção da data ampliaria a desigualdade de acesso ao ensino superior. Para Anna Maria Chiesa, especialista em desenvolvimento infantil, “a pandemia escancarou a desigualdade e as fragilidades sociais”. A indiferença do governo com essa realidade só fez crescer a indignação e a campanha pelo adiamento.

#adiaenem

O abaixo assinado da UBES chegou a 300 mil adesões depois da



Brasília, manifestação em 15 de maio em frente ao MEC pelo adiamento do Enem

propaganda do MEC dizendo “estude de qualquer lugar”, ou seja, ‘se virem’. Paródias circulam nas redes como forma de rechaçar a medida autoritária do governo a qual desconsidera a realidade. O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) defende que o calendário da prova seja refletido junto ao calendário letivo da educação básica, ainda indefinido. Tem razão; afinal, a data deve levar em conta as condições de preparação com ensino presencial.

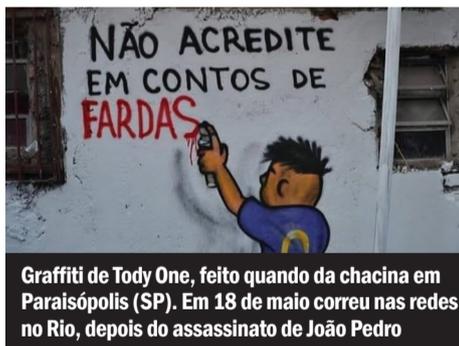
No dia 15 de maio, na mobilização das entidades estudantis, o DCE da

Universidade de Brasília organizou um ato com distanciamento social, máscaras e segurança na frente do MEC. Victor Caíque, coordenador geral e militante da JR do PT, afirmou que: “este governo não tem condição de dar resposta às demandas da educação e da juventude”. Nas faixas os estudantes diziam “Fora Bolsonaro e Weintraub” e exigiam o “fim do governo Bolsonaro”. Um tipo de iniciativa necessária para dar gás na retomada das mobilizações nas ruas.

Hélio Barreto

Covid atinge mais pobres e negros

Jovem negro com máscara de proteção virou suspeito



Graffiti de Tody One, feito quando da chacina em Paraisópolis (SP). Em 18 de maio correu nas redes no Rio, depois do assassinato de João Pedro

Mais de 15 mil mortos e a doença se espalha nas periferias, favelas e comunidades. Mais pretos e pardos vão a óbito segundo boletins dos órgãos de saúde.

Em São Paulo, em oito dos dez bairros com mais mortes, vivem mais negros. É o retrato da desigualdade social no Brasil. Nele, jovens negros são diretamente impactados com aumento do desemprego e a violência.

A juventude negra em idade de trabalhar se expõe mais ao vírus porque não tem condições de ficar em casa sem renda e se arriscam nos empregos informais, muitas vezes sem

proteção. É difícil seguir orientações sanitárias com moradias apertadas e falta de água e sabão. Isso não permite o isolamento de qualquer integrante da família que seja acometido pela Covid-19.

Negro com máscara de proteção é suspeito!

Até mesmo a recomendação básica do uso de máscara é um verdadeiro perigo quando se é preto e jovem. Carlos Falcão, estudante da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi abordado aos gritos pelo segurança das Lojas Americanas por estar de gorro e máscara. A queixa foi cancelada pela delegacia que justificou “não ser fato policial”. A Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade denuncia em cartilha de prevenção nas favelas que a máscara de proteção usada por homens negros entrou na lista de acessórios “suspeitos” pela polícia.

Essa violência segue vitimando a juventude negra. Na favela do Areião (24/04), zona norte de São Paulo,

David, de 23 anos foi colocado na viatura da Polícia Militar e horas depois apareceu morto. No Complexo do Alemão (16/05) a polícia do governador Witzel matou 10 pessoas, tocando o terror na comunidade. Enquanto hospitais são insuficientes, o Estado se faz presente com mais violência nas comunidades pobres.

No dia 18 de maio, a comunidade de Paraisópolis, onde ocorreu a chacina de 9 jovens em dezembro de 2019, manifestou-se em caminhada até o Palácio dos Bandeirantes, em um ato com distanciamento social exigindo do governo medidas básicas como água, alimentos, etc. Um bom caminho de resistência para defender a vida dos jovens negros da periferia, do vírus e da violência do Estado que fez, no dia 18 de maio mais uma vítima. João Pedro, negro, de 14 anos, foi assassinado quando, dentro de casa, brincava com amigos!

Dino

“Formação na quarentena”

Lançada pela Juventude Revolução do PT, a iniciativa de “formação na quarentena” pretende alimentar a discussão política entre os jovens em tempos de distanciamento e restrições sanitárias.

As atividades estão sendo realizada pela internet no link [youtube.com/juventuderevolucao](https://www.youtube.com/juventuderevolucao). Os dirigentes da JR do PT destacam que a formação é algo importante para dar suporte à luta de resistência de amplos setores jovens, sobretudo no quadro de crise do capitalismo, na qual seu futuro é ameaçado. No link acima são indicados livros, textos, filmes, documentários, discos musicais, etc. Com uma dinâmica semanal, os temas vão desde conteúdos históricos aos mais atuais, articulando questões concretas que tocam a juventude com a importância de se organizar politicamente. Vale a pena, acessa lá!

Como construir a saída?

O que já vazou do vídeo da reunião de Bolsonaro e seus ministros é mais que suficiente para comprovar, e se prova a cada dia, que o Palácio do Planalto - com a eleição de Bolsonaro forjada pelo Judiciário, mídia e partidos das classes dominantes - está tomado por uma escória para saquear os direitos, as riquezas, as conquistas, a educação, a cultura e agora, em meio à pandemia, ignorando o direito à vida. Desde Moro, ofendido - pois, apesar dos serviços prestados com a condenação de Lula, foi defenestrado pelo chefe que ajudou eleger -, até um ministro da educação que não passaria em um exame do Enem.

E tudo isso, avalizado pelos generais que infestam o governo, a começar pelo vice Mourão, abrindo a metralhadora contra tudo e todos para preservar o chefe.

Estão aí para servir aos interesses do capitalismo, que, como escancarou a pandemia, são frontalmente contraditórios com a sobrevivência da civilização humana.

Bolsonaro, vindo do submundo da política, é motivo de espanto mundial. Os governos não são iguais. Mas mundo afora, da Alemanha ao Chile, os governos, depois de aplicarem, por décadas, a cartilha do ajuste exigido pelo capital financeiro, uns com lágrimas de crocodilos, outros com deboche (no caso do Brasil), fazem o quê, diante da pandemia?

Em todo mundo, os trabalhadores da saúde, em um sistema destruído em benefício da especulação financeira, se batem, e se arriscam, sem condições de trabalho. Em todo mundo, sob o pretexto de combater a pandemia, atacam direitos dos trabalhadores com medidas que, a depender destes governos, permanecerão depois.

No Brasil temos um produto de esgoto no comando. Mas ele é apenas a expressão mais nua e crua da decomposição de um sistema

pele, por si só não irá resolver os problemas da maioria do povo deste país.

São os trabalhadores, os que estão no sistema de saúde, os que estão nos serviços essenciais trabalhando em condições de risco de vida, os que são coagidos a abrir mão de direitos e salário para garantir um emprego que poderão perder mais à frente, os que, na informalidade, hoje são tratados como pedintes nas filas para receber os R\$600,00: é com esses que uma saída pode ser construída.

E estes trabalhadores, empurrados à luta para se defender, começam a retomar a iniciativa. Depois do exemplo do ato organizado pelo Sindicato dos Enfermeiros no dia 1º de maio em Brasília, em várias partes do país e diferentes categorias, manifestações organizadas - respeitando o distanciamento social e os cuidados sanitários necessários - começam a ocorrer. Bancários, como em Pernambuco, protestam contra as condições de trabalho. Motoristas, como em Jacareí (SP), fazem greve por direitos; moradores de bairros periféricos, como a Brasilândia na capital paulista, organizam ato pela reabertura de hospital público.

É aí que poderá ser construída a força para, ao pôr fim ao governo Bolsonaro, prosseguir a luta da classe que não pode ficar à mercê da ganância do capital, esperando a próxima pandemia.

DE MANEIRA ORGANIZADA TRABALHADORES REAGEM

que provou sua total incapacidade de evitar a barbárie. Daí a luta para acabar com este governo - na qual vale o impeachment, anulação das eleições, integra a luta por delimitar e combater os interesses, instituições e partidos (todos em nome dos interesses capitalistas) que produziram a tragédia Bolsonaro.

A saída por cima, na qual muitos dos que hoje disfarçam a responsabilidade por um governo que desde a campanha eleitoral mostrou a que vinha e buscam salvar a própria

NOTAS

Vale tudo para desmatadores e grileiros.

A Medida Provisória (MP) n° 910, a "MP da grilagem", foi tema de discussões violentas nas últimas semanas. A MP estabelecia um conjunto de medidas as quais beneficiariam desmatadores e grileiros que se apropriaram e exploraram ilegalmente terras públicas. Um dos dispositivos consiste em regularizar as terras desmatadas e ocupadas ilegalmente por meio de alteração na Lei n° 11.952, de 2009. Essa alteração permitirá a regularização dessas terras desde que tenham sido ocupadas até maio de 2014, em alguns casos, até dezembro de 2018.

Pela MP, a posse ilegal dessas terras agora é autorizada até o tamanho de 2.500 hectares. Pior, a MP previa que os títulos de propriedade para grileiros fossem concedidos sem qualquer vistoria, desde que as áreas solicitadas fossem de até 1.650 hectares. Ou seja, aí vale tudo. O PT e outros partidos da oposição realizaram na semana passada uma obstrução na Câmara dos Deputados para impedir a votação da MP. Por fim, próximo ao dia que a MP perderia sua validade, Baleia Rossi (PSDB), com o apoio de Rodrigo Maia (DEM) manobrou, sob risco de perder, para tentar retirar a MP da pauta de votação, como

Projeto de Lei.

ONU prevê aumento de trabalho escravo

"O severo efeito socioeconômico da pandemia da covid-19 provavelmente irá aumentar o flagelo da escravidão moderna, que já afetava mais de 40 milhões de pessoas.", declarou Tomoya Obokata, das Nações Unidas. Ele acrescenta: "existe o risco de que significativamente mais pessoas sejam empurradas para a escravidão agora e no longo prazo."

Brasil, país de maior risco para o mercado

O Brasil é o país mais arriscado para se investir no mundo. É o que aponta a alta do "risco-país" nas últimas semanas. Esse risco é medido pelo preço dos Credit Default Swap (CDS) do Brasil. O CDS é um tipo de proteção aos investidores estrangeiros em caso de calote da dívida de um país. Logo, quanto mais caro, maior o risco.

Nesse ano, o CDS do Brasil aumentou 255% e é o mais alto do mundo. Andres Abadia, economista de uma consultoria financeira de Londres, a Pantheon Macroeconomics, resumiu: "As condições econômicas no Brasil estão se deteriorando rapidamente".

Memória

METALÚRGICOS PARAM FÁBRICAS CONTRA O ARROCHO

Estava escuro ainda na madrugada do dia 11, terça-feira, quando os cinco mil trabalhadores do primeiro turno da fábrica da Mercedes Benz, em São Bernardo do Campo, fizeram um grande círculo e concentraram-se (...) para ouvir o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Jair Meneghelli, dizer que eles eram "tão corajosos quanto os companheiros da Ford, da Scânia e da Volkswagen que haviam paralisado seu trabalho no dia anterior". Foram 36 mil trabalhadores que pararam na segunda-feira, protestando contra o pagamento de apenas 4%, que foi deliberado pelo Tribunal Superior do Trabalho, contra a decisão anterior do Tribunal de São Paulo, que havia concedido 7%. O Trabalho n° 745 - 26/3/2014



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição n° 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Diagramação: Paulo Henrique Barbosa Mateus

PT São Paulo decide: Jilmar candidato

Campanha para o PT vencer, derrotando Bolsonaro, Dória e Covas em São Paulo



Jilmar o candidato do PT à prefeitura de SP

No encontro municipal online com 610 dirigentes, o PT paulistano escolheu, dia 16 de maio, o candidato a prefeito: Jilmar Tatto obteve 312 votos e Alexandre Padilha 297 votos, com 1 abstenção.

Inicialmente marcadas para o dia 22 de março, com um calendário de debates em curso, as prévias tiveram que ser canceladas diante da situação da pandemia.

O Diretório Nacional decidiu, em função da situação extraordinária criada pelo coronavírus, que as decisões sobre as candidaturas às eleições municipais seriam tomadas pelas instâncias dirigentes eleitas em 2019, no caso os Diretórios Municipais. No caso de SP, autorizou uma solicitação feita pela Executiva Municipal para ampliar com os membros das direções dos 37 Diretórios Zonais, dos Setoriais e Secretarias.

Além de Tatto e Padilha, estavam inscritas as candidaturas de Paulo

Teixeira, Nabil Bonduki, Eduardo Suplicy, Carlos Zaratini e Kika Silva. Na véspera da escolha, os quatro primeiros retiraram em favor de Padilha, e Kika em favor de Jilmar.

Houve duas posições sobre o lugar do PT na disputa: de um lado, Padilha, Zaratini, Suplicy, Nabil e Paulo Teixeira haviam defendido que o candidato saísse de um do tipo “eleição primária” (uma prévia com não-filiados) do “campo progressista”. Isso foi recusado em um encontro presencial. Agora, eles, nos debates, se pretendiam os mais habilitados para construir a tal frente “progressista”. E insistiam numa prévia online com “os 180 mil filiados do PT”. Mas era inviável, pois o acesso desigual a smartphones e banda larga na periferia faria dela uma eleição de “brancos e classe média”, como denunciou Kika Silva, “deixando a quebrada de fora”.

Jilmar Tatto, nos debates presenciais primeiro e nos virtuais depois, fez uma

campanha de afirmação do PT e de identidade com a periferia. A grande maioria do Diálogo e Ação Petista da Capital fez campanha para Jilmar, após um acordo relevante. “Minha prioridade é o povo, que sofre de maneira aguda os efeitos da pandemia. Precisamos de um programa que inverta as prioridades, que coloque as periferias no centro, que defenda os serviços públicos, em particular a saúde”, disse Tatto numa carta ao DAP, listando pontos, entre eles uma empresa pública de transporte.

De fato, para melhorar as condições de vida é preciso ampliar os serviços públicos, além de defender o que temos. Em São Paulo, é preciso revisar as Organizações Sociais (OSs) com a reversão das privatizações. Padilha falou em “desprivatizações”, mas se

esqueceu de fazer o balanço da explosão das OSs durante a gestão Haddad, quando era ele o Secretário de Saúde...

A prefeitura terá que buscar recursos para o serviço público. A dívida com a União, em suspensão provisória durante a pandemia, deve ficar suspensa. E as receitas devem ser ampliadas com a taxação dos proprietários e a revisão de isenções.

O DAP em São Paulo, unido na decisão do encontro municipal de 16 de maio, o qual escolheu Jilmar como candidato, agora trabalha pela unidade de todo PT para construir uma campanha de enfrentamento à crise e dar fim ao governo do Bolsonaro e os golpistas Doria e Covas em SP, levando o PT à vitória.

Barbara Corrales

POLÊMICA INTERESSADA

Vários comentaristas discutiram a indicação de Tatto. Renato Rovái, no blog Fórum, acusou a esquerda de “não levar em conta o quão complexo é enfrentar e derrotar o fascismo” e propôs “um grande encontro dos partidos progressistas para discutir uma frente ampla”.

Não se sabe onde o blogueiro se especializou em “derrotar o fascismo”. Mas a história registra dois tipos de facilitação para a extrema-direita. Um, é fazer de um aliado potencial, socialista ou comunista, o seu “inimigo principal”. Isso leva à divisão e à derrota, como foi o caso clássico da ascensão de Hitler na Alemanha. Outro tipo, é correr atrás de uma inexistente burguesia “progressista”, dando as costas ao povo desmoralizado, enquanto a extrema-direita avança, como foi o caso do PCB na Frente Ampla com o golpista Carlos Lacerda (logo após o golpe de 1964).

Por fim, é possível que o blogueiro não soubesse da rejeição da “primária progressista”, proposta por Zaratini-Suplicy. Fica aqui a informação. Os petistas se recusaram a dissolver a independência do PT, para carregar o que os “progressistas” decidam. Agora, um outro candidato de frente no 1º turno é ou impossível (PSB do golpista Marcio França), ou seria um cambalacho por cima com outras forças.

PT decide impeachment “coletivo”

Não está claro o curso institucional da crise

Há um mês, o Diretório do PT adotou a luta pelo fim do governo Bolsonaro. Reunida no último dia 15, a sua Executiva decidiu encaminhar um pedido “coletivo” de impeachment, junto com os partidos da oposição, entidades populares e frentes. Já há vários pedidos na gaveta do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, a quem depende pôr em pauta.

A Executiva foi informada de que PSB, PDT, Rede e PV convocavam um ato próprio pelo impeachment, sem integrar o PT e o PSOL – o PCdoB, oficialmente, resistia.

Aqueles quatro partidos formaram um bloco na Câmara, e em vista das eleições de novembro se qualificam, vamos dizer assim, com

seu impeachment. Lembremos que votaram nas contrarreformas no Congresso de forma muito diferente da esquerda.

A Executiva do PT decidiu ligar a destituição do presidente à aprovação pelo Congresso Nacional da PEC 37/2019, a qual introduz a figura da eleição presidencial direta em 90 dias para o caso de vacância do cargo, seja por impeachment, por exemplo, ou por anulação pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do pleito de 2018.

Na regra institucional atual, com impeachment o vice Mourão assume a presidência até completar o mandato do governo em 2022.

No caso da PEC 37 ser aprovada, Mourão presidiria até as novas eleições presidenciais em 90 dias. No

caso da anulação do pleito, é Maia quem preside até novas eleições presidenciais em 90 dias. Nos três casos não se mexe no Congresso Nacional – produto da mesma “eleição”! – nem com o STF, que organizaria a nova eleição.

É por isso que, desde a reunião anterior, os membros do Diálogo e Ação Petista levantam a retomada do debate da Constituinte Soberana – bandeira do 7º Congresso do PT de novembro -, para que realmente se dê fim ao Governo Bolsonaro, com novo governo e uma nova política, não o bolsonarismo sem Bolsonaro, seguindo os golpistas no poder com as contrarreformas. Ou seja, a ruptura democrática das instituições podres para revogar aquelas medidas.

A Executiva do PT também integrou a bandeira de Anula STF! para a recuperação de plenos direitos políticos que foram tirados de Lula pelo Judiciário e que aguarda recurso. A Executiva ainda aprovou preparar um “Plano Lula” de reconstrução do país, mas três dias depois a presidente Gleisi informou que Lula declinava seu nome do plano para “ampliar para diversos setores da sociedade”.

As ruas, onde setores sindicais e populares começam a voltar, é que podem dar impulso real à luta pelo fim do governo, superando a crise institucional aberta de forma positiva.

Markus Sokol



RETOMAR A INICIATIVA



Brasília 1º de Maio, o ato organizado pelo Sindicato dos Enfermeiros do DF diante do Palácio do Planalto foi um marco para a retomada das iniciativas, adaptadas à situação da pandemia.

Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista, em reunião virtual

realizada no dia 17 de maio, debateu o desenvolvimento da situação política em seus vários aspectos. Registrou o avanço da pandemia, com aumento exponencial do número de infectados e de mortos. Considerou a gravíssima situação econômica em que o país está mergulhando. Discutiu os últimos fatos que atestam a crise do governo.

Mas o fato distintivo e mais importante da conjuntura recente foi a retomada das manifestações de rua por parte dos trabalhadores, em primeiro lugar os da área da saúde, mas não só, que vêm ocorrendo em várias cidades do país. Tomando todos os cuidados exigidos pela situação (distanciamento, uso de máscaras), esses trabalhadores tomam nas próprias mãos a tarefa de lutar por seus

direitos, garantir a existência dos serviços públicos e apropriar-se das ruas, mesmo significando enfrentar os bandos fascistas.

Este movimento contrapõe-se visceralmente ao desmonte do sistema de saúde, opõe o interesse público à ganância privada e mostra que uma solução positiva para a crise (econômica, social, política, sanitária) só pode vir pela mão dos trabalhadores.

Nesse sentido, o Comitê Nacional do DAP apela aos grupos de base, espalhados por todo o país, que participem ativamente dessas manifestações e discutam no PT, na CUT, nos sindicatos e movimentos a importância de disseminar os atos de rua, com os cuidados devidos e com a organização necessária para garantir a segurança dos manifestantes.

ATIVIDADES EM SANTA CATARINA

O DAP de Santa Catarina reuniu-se on line, no sábado, 16 de maio, com a participação de 35 militantes. A reunião adotou uma série de encaminhamentos importantes de luta em defesa das reivindicações dos trabalhadores e pelo fim dos governos Bolsonaro e do Comandante Moisés (governador). Decidiu-se atuar e organizar atos nas frentes de intervenção dos militantes.

Uma das propostas aprovadas foi cobrir Florianópolis com faixas e cartazes com Fora Bolsonaro e seu governo, defesa do isolamento e exigência de testes em massa. O DAP vai propor às entidades onde participa o dia estadual em defesa de testes para toda a população, em defesa da soberania alimentar, por uma política sanitária nas periferias e um plano emergencial para a população mais pobre.

Quanto à política estadual, o DAP deverá apresentar à direção do PT estadual e aos diretórios municipais uma proposta de resolução sobre o Fora Moisés (governador Comandante Moisés-PSL) e seu governo. O DAP também se dispõe a organizar a luta pela anulação do decreto de Moisés que congela os salários dos servidores. Será elaborada uma proposta de resolução sobre o voto dos deputados estaduais na liberação do transporte coletivo.

O DAP também está organizando a campanha do vereador Lino Peres, integrante do DAP, a prefeito de Florianópolis.

APOIO A SINDICALISTAS DA SAÚDE

O Comitê Nacional do DAP, em sua reunião de 17 de maio, decidiu apoiar e distribuir aos grupos de base a Moção anexa, dirigida à Superintendência do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, contra o processo administrativo de membros do Sindicato dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo (SINDSAÚDE-SP), em luta por condições de trabalho para os profissionais no combate ao Covid-19.

Modelo de moção

À Superintendência do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto

Nós, (nome da entidade), fomos surpreendidos, no último dia 23/4/2020, com a instauração de processo administrativo contra representantes do

SINDSAÚDE-SP que exigem condições dignas de trabalho para os profissionais atuantes na linha de frente no combate do Coronavírus (Covid-19) no hospital. Reforçamos que é transparente o desrespeito às organizações que buscam cumprir seu papel junto aos trabalhadores. Esses, sim, vivem um grave momento da nossa história, submetidos às péssimas condições de trabalho e, mesmo sob grande pressão, cumprem o seu indispensável papel social.

Portanto, solicitamos que a superintendência do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto retire imediatamente a sindicância aberta contra o Diretor Regional do SINDSAÚDE-SP, Edson Fidelino, e Lurdinha Farias, Delegada Sindical de Base do SINDSAÚDE-SP, e

abstenha-se de quaisquer ameaças de punição contra representantes do SINDSAÚDE-SP e qualquer outro sindicalista, sindicatos e trabalhadores. Ao mesmo tempo, reiteramos o pedido do SINDISAÚDE-SP de equipamentos de proteção individual (EPI's) para que os trabalhadores da saúde tenham proteção e condições físicas e mentais, seguindo a orientação da OMS, a fim de exercer sua insubstituível função.

Ribeirão Preto, XX de xxx de 2020

Enviar moção para:

arancine@hcrp.usp.br
sup@hcrp.usp.br
sec-gs@hcrp.usp.br
sec-pj@hcrp.usp.br

Com cópia:

ribeiraopreto@sindsaude.org.br

EM SALVADOR, PROPOSTAS PARA A CANDIDATA DO PT

O PT de Salvador (BA), em encontro municipal realizado dia 26 de abril, aprovou o nome de Denice Santiago como candidata a prefeita nas próximas eleições. Denice é PM e filiou-se recentemente ao partido. Candidata escolhida, agora é hora de falar com a população de Salvador com base num programa claro de governo. E esta foi a lacuna do encontro; lacuna que o DAP se dispõe a ajudar a preencher. Em documento público, o DAP apresenta uma série

de pontos, para discutir com a candidata, em reunião a qual ainda será marcada.

Esses pontos são a defesa da aposentadoria pública e solidária (contra a reforma da previdência pretendida pelo prefeito ACM Neto), a renegociação da dívida municipal sem retirada de direitos nem privatização de empresas públicas, a defesa dos serviços públicos, valorização dos servidores públicos, mais postos de saúde, mais creches, política para

as mulheres (trabalho igual, salário igual), plano contra o genocídio da juventude negra, IPTU progressivo e cobrança das dívidas das grandes empresas.

No encontro estadual do PT da Bahia, ocorrido dia 16 de maio, o DAP votou contra a resolução eleitoral, que prevê a manutenção da aliança com a chamada "base aliada" do governador Rui Costa, na qual se incluiu partidos golpistas. Denice se comprometeu marcar a reunião com o DAP.

DEBATE: A ESCALADA AUTORITÁRIA

O DAP de São Carlos (SP) promoveu uma "live", no dia 19 de maio, sobre a escalada autoritária de Bolsonaro. O debate teve a presença de Júlio Turra, do Comitê Nacional do DAP, e dos companheiros Amálio Ferreira Jr., Djalma Nery e Marcos Danhoni.

A discussão abrangeu a concentração de poderes nas mãos de Bolsonaro, com o estímulo aos bandos fascistas, e como os trabalhadores podem lutar pelo fim deste governo.

Aumentam os cortes de salários e as demissões em massa

Todas centrais sindicais aderiram ao “Fora Bolsonaro”, mas...



Audiência por teleconferência das centrais com Toffoli, em 19 de maio

Bittencourt, do Ibre-FGV, como ela só garante estabilidade no emprego por um período futuro igual ao de sua vigência (três meses), “após o fim do prazo (...) os empregadores poderão acabar demitindo com mais força”.

A UGT e a Força Sindical já falam em tornar a MP 936 “permanente”, diante do silêncio da CUT até o momento.

Em alguns casos a ação dos sindicatos conseguiu obter acordos coletivos de redução de jornada e salário em condições menos nocivas que as da MP 936, mas a regra geral é a imposição patronal através de acordos individuais. A exigência de “nenhuma demissão”, que a CUT levantou no início da pandemia, desapareceu do cenário.

Fora Bolsonaro ou “país sem governo”?

É positivo que todas as centrais sindicais tenham adotado o “Fora Bolsonaro”, anunciando em 18 de maio uma campanha nacional com um milhão de cartazes. Em Florianópolis houve um ato presencial puxado pela CUT com as demais centrais já no dia 21.

Mas as declarações de dirigentes são contraditórias. Miguel Torres (FS) diz que “o povo já percebeu

que o país está sem governo” (FSP 19/5). Sérgio Nobre, na audiência das centrais com Toffoli (STF), em 19 de maio, disse que “o Brasil está sem governo, sem Estado e rumando à tragédia social” (site da CUT), para concluir: “Solicitamos ao presidente do STF que nos ajude a coordenar esse processo, o qual não pode ficar só nas mãos de governadores e prefeitos”.

Ora, se o país está sem governo, serão as centrais e o STF que vão “coordenar” o combate à pandemia junto aos governadores e prefeitos? Um completo absurdo, que inclusive esvazia o “Fora Bolsonaro”, pois seu governo existe e ataca a classe trabalhadora.

O fato é que, enquanto as centrais denunciam a pressão de Bolsonaro e empresários pela volta ao trabalho, chegando a tirar uma nota que defendia o “lockdown” em São Paulo em 11 de maio, as montadoras iniciam a volta ao trabalho no vizinho ABC, inclusive na Mercedes Benz com a metade do pessoal (4,5 mil pessoas segundo o Diário do Grande ABC de 10/05), em acordo com o sindicato dos metalúrgicos.

É preciso que a executiva nacional da CUT supere essa confusão, apoiando-se em iniciativas como a

da CNTSS (confederação da Saúde e Seguridade Social) de exigir a fila única para as UTIs requisitando os leitos dos hospitais privados, e rompendo com a idéia de um “fórum permanente das centrais” que paralisa as ações necessárias da própria CUT.

Julio Turra

Desmante da Petrobras ameaça o Nordeste

O senador Jean Paul Prates (PT-RN) denunciou o sucateamento da Petrobras como um atentado contra a soberania nacional. “Em qualquer lugar do mundo, uma empresa do porte da Petrobras estaria sendo decisiva num momento de crise como estamos vivendo.”

Os sindicatos de petroleiros prevêem a demissão de até quatro mil trabalhadores terceirizados. Segundo o Sindpetro-BA, o desmante da estatal impacta diretamente a economia de 13 cidades produtoras de petróleo agravando a crise sanitária e econômica na Bahia e em todo o Nordeste.

“Nossa principal fonte de renda é o petróleo. O dinheiro dos royalties hoje vai para manutenção, coleta de lixo, asfaltamento, para o programa de transferência de renda que temos aqui no município. Com a redução das atividades da Petrobras, agora, na crise, podemos perder completamente a capacidade de investimentos”, relatou a prefeita de Cardeal da Silva (BA), Mariane Mercuri.

“Em meio à pandemia, o papel da Petrobras, como uma empresa pública e braço do Estado brasileiro, deveria ser o de contribuir para impulsionar a economia local, estadual e nacional, mantendo e gerando novos postos de trabalho. A Petrobras sozinha representa 10% do PIB brasileiro e o governo age de forma inversa, fazendo com que a empresa pise no freio, provoque demissões e contribua fortemente para a desaceleração da economia”, afirma o diretor de comunicação do Sindpetro-BA, Radiovaldo Costa

.Correspondente

Bolsonaro, Guedes, Maia e Alcolumbre golpeiam serviços públicos

PLP 39, de ajuda a estados e municípios, foi recheado com novos ataques

Em 2019, a contrarreforma da Previdência (EC 103) concedeu aumentos aos militares. Depois, Minas e DF deram aumento às PMs. Fora disso, não há governos municipais ou estaduais que vislumbrem novas leis para dar reajuste a servidores ou empregados públicos, a maioria com salários congelados há anos.

Os únicos reajustes previstos para 2021 são os do piso nacional da educação (hoje de R\$ 2.886,15) e do salário mínimo. Os servidores de menor remuneração serão os mais atingidos pelo dispositivo do PLP 39 que congela salários e contagem de tempo de serviço para promoções até dezembro de 2021.

Inicialmente o PLP previa apenas a liberação de verbas aos estados e municípios para compensar a queda de arrecadação provocada pela Covid-19. Mas o governo exigiu e o

congresso incluiu “contrapartidas” como o congelamento salarial, agravar restrições já existentes na lei de “responsabilidade fiscal” e permitir a securitização das dívidas de estados e municípios, o que pode alienar receitas futuras.

Também são proibidos novos concursos públicos, inclusive na saúde, assistência social e educação, aprofundando os efeitos nocivos da Emenda 95, a qual congelou investimentos públicos por 20 anos no governo Temer.

O dinheiro da ajuda virá de cortes nos serviços públicos

O PLP 39 prevê a entrega de cerca de 60 bilhões de reais aos estados, municípios e ao DF. Com as “contrapartidas” originais, o governo calculava economia de cerca de 120 bilhões. Com a exclusão de alguns

setores do congelamento –como saúde, serviços funerários, educação– o governo diz que a economia caiu para 43 bilhões.

A conta é duvidosa pois só escapam do congelamento servidores “diretamente envolvidos no combate à pandemia da Covid-19”. Mas qualquer que seja a conta, toda ou a maior parte da ajuda virá do arrocho contra os servidores.

Pior ainda, Bolsonaro anunciou veto às exceções, o que reafirmou e pediu apoio dos governadores no fechamento desta edição. A Condsef (confederação dos servidores federais) convoca mobilização nacional em suas bases em 27 de maio, com atos presenciais com máscaras e distanciamento em todos os estados, em defesa dos serviços públicos e contra o veto de Bolsonaro.

Edison Cardoni

Manifestação em hospital no Rio

"Fora Bolsonaro e seus generais"



Ato de trabalhadores da saúde do hospital Bonsucesso quando da visita Teich, agora ex-ministro.

se trata de loucura ou incapacidade de um presidente. Se trata de uma necropolítica genocida que vitimiza as populações mais vulneráveis. Por isso, estamos aqui para dizer que continuaremos na luta em defesa da saúde e da vida do povo. Fora Bolsonaro e seus generais", disseram os manifestantes em um jogral.

O maior número de enfermeiros mortos

A situação do sistema de saúde no Rio de Janeiro beira o colapso, com o maior número de enfermeiros mortos e afastados por contágio da Covid-19 no país, além da gravíssima falta de leitos. Em 15 de maio eram 29 mortes e 3.031 afastamentos de enfermeiros no estado.

A técnica de enfermagem Anita de Souza Viana, que trabalhava no Hospital Ronaldo Gazolla, morreu em Volta Redonda, sem conseguir vaga num hospital da capital.

"Está morrendo muita gente. Estamos lá para cuidar da vida das pessoas, mas temos família, é muito difícil. Morre gente da enfermagem, gente jovem. A situação só piora", declarou

Líbia Bellusci (35 anos), que é vice-presidente do sindicato dos enfermeiros (SindEnf). Ela está num quarto em casa, isolada da família: "Tenho um filho de quatro anos que chora na porta do quarto, falo que é pelo coronavírus que ele tem que ficar longe, é muito duro".

Servidores também denunciam que centenas de leitos (1840 só na capital, segundo "O Globo") constam como

'impedidos': não funcionam por falta de equipamentos ou de profissionais. Estão há dois meses sem receber profissionais de UPAs de Botafogo, Copacabana e Taquara, enquanto o secretário da Fazenda anuncia que servidores estaduais podem ficar sem salário a partir de agosto, caso não haja socorro da União.

Tiago Maciel



Bancários fazem ato, em 15 de maio, para denunciar a não adoção de protocolo de prevenção à Covid-19 em agências bancárias e o adoecimento da categoria (não higienização de agências contaminadas, não isolamento de trabalhadores que tiveram contato com o bancários com casos confirmados). Em Pernambuco há 167 casos confirmados de contaminação e 142 suspeitos

Em 9 de maio, profissionais da saúde fizeram manifestação na entrada do Hospital Geral de Bonsucesso por ocasião da visita do ex-ministro Nelson Teich, que desviou-se, entrando pelos fundos.

"Nós estamos aqui fazendo uma manifestação sem aglomerações, para denunciar o projeto de desmonte da saúde pública, de ataques ao SUS, que neste momento de pandemia assume o caráter mais cruel, com incontáveis doentes e mortes evitáveis, enquanto o governo federal se omite de qualquer ação efetiva para prestar assistência às vítimas. Há poucos dias foi cancelada a compra de 15 mil respiradores. Não

Ocupação na Vila Maria recebe cestas básicas

Exigência dirigida à prefeitura paulistana é atendida após 40 dias



Movimento organiza distribuição das cestas conquistadas

Em 13 de maio, após 40 dias de tratativas, finalmente as famílias da Ocupação Douglas Rodrigues na Vila Maria, zona norte da capital, receberam 1.800 cestas básicas forneci-

das pela prefeitura de São Paulo.

Somente foi possível pela campanha pública de pressão ao prefeito Bruno Covas (PSDB) iniciada pelo Movimento Independente de

Luta por Habitação de Vila Maria em março. Seu argumento central, diante da pandemia, era cobrar do poder público municipal o atendimento de necessidades urgentes dos trabalhadores, em sua maioria informais e sem atividade por determinação de isolamento da própria prefeitura.

Essa iniciativa partiu da certeza de que, por mais que o Movimento exerça a solidariedade arrecadando cestas básicas com apoiadores, como vinha ocorrendo, atender o conjunto das famílias é uma obrigação do Estado, como também é sua função garantir leitos públicos suficientes na região, atendimento médico e demais necessidades de amparo

social.

Uma posição importante, diante das campanhas de solidariedade como da Rede Globo, na qual se incentiva a "filantropia" de empresários e cidadãos, ou até mesmo a idéia de que competiria só aos movimentos populares "dar um jeito" na situação de penúria do povo humilde, contornando a cobrança da responsabilidade dos governos de cumprir com o seu dever mais elementar: proteger o povo.

Exemplo de auto-organização

No momento em que se confirmou a entrega das cestas, o Movimento passou a organizá-la. O seu conselho

de 40 pessoas e voluntários se dividiram em grupos de trabalho para descarregar os seis caminhões, fazer o cadastramento de cada família, fornecer a alimentação de quem estava trabalhando, garantir a segurança e a ordem, com uso de máscaras e distanciamento nas filas. Foram 9 horas de uma importante demonstração de auto-organização.

Agora o Movimento que dirige a Ocupação prossegue na batalha pela regularização fundiária do terreno. Depois do dia 13 de maio, a Ocupação Douglas Rodrigues está num patamar superior para enfrentar essa luta.

Henrique Ollitta

Em defesa da vida e dos direitos na EBC

Uma campanha nacional se inicia, com sindicatos e entidades populares

Na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), os trabalhadores sofrem risco de morte com a gestão do general Luiz Carlos Pereira, nomeado por Bolsonaro como presidente da estatal, que mantém o programa Sem Censura (TV Brasil) sendo transmitido ao vivo diariamente dos estúdios da EBC-RJ, bem como os da Rádio Nacional e da Rádio Amazonas

na EBC- DF.

No Rio, dois trabalhadores contraíram o vírus. No DF, de três apresentadoras, uma delas tem na família um teste positivo da Covid-19 e as outras duas se isolaram com sintomas do vírus.

Os Sindicatos do Rio e do DF e a Comissão de Empregados da EBC preparam uma campanha se dirigindo

as entidades do movimento sindical, popular e da juventude, parlamentares, artistas e personalidades, para pedir apoio às reivindicações dos trabalhadores, dentre elas: suspensão imediata dos programas citados acima enquanto não se providenciarem as condições para que tais programas sejam feitos de forma remota; que se mantenha o maior número

possível de empregados em trabalho remoto, e nos serviços presenciais que se aumente a proteção individual com EPIs e produtos de higienização adequados para o combate à pandemia.

No fechamento desta edição, o presidente Bolsonaro incluiu a EBC no seu plano de privatizações. Voltaremos ao assunto em próximas edições.

Nilton de Martins

Sem Ministério, nem proteção

Governo condena o povo à penúria e empurra à morte



Ato em 12 de maio, dia da Enfermagem, em Brasília

O Brasil é o 3º país com mais casos no mundo, com recorde de novos óbitos a cada dia! As mortes se multiplicam, o Ministério da Saúde fica sem ministro é dominado por militares e o presidente segue sua política criminoso.

No dia 15 de maio, o então Ministro da Saúde por menos de um mês, Nelson Teich, pediu demissão. Isso depois de ser tomado de surpresa ao receber a notícia, em plena entrevista coletiva, da liberação de mais setores como “essenciais” por Medida Provisória de Bolsonaro: academias, barbearias e cabelereiros! No mesmo dia 15, Bolsonaro anuncia que o Protocolo de Tratamento será alterado para liberar a medicação Cloroquina precocemente. O faz na contramão de Entidades e associações médicas e sindicais, que questionam a medida e o uso de medicação sem comprovação. Estudos em todo o mundo, cada vez mais abrangentes e mais confiáveis, apresentam resultados negativos

e contestam esse medicamento, que possui efeitos colaterais graves, inclusive parada cardíaca.

Para aprofundar a subserviência desse Ministério, tem-se notado a prática da troca acelerada de funcionários por militares: pelo menos 18 cargos estratégicos da saúde foram repostos por militares nas últimas semanas. E há denúncias de que ele já era comandado pelo nº 2: General Eduardo Pazuello, cotado para assumir de vez. Em pronunciamento on-line na Assembleia Mundial da Saúde, esse General omitiu a gravidade da pandemia no país, e mentiu ao falar de um “diálogo existente entre os três níveis de governo e de ajuda ao Norte e Nordeste”, citando até a mudança no Protocolo de Tratamento como sendo “baseado em evidências”!

Dia da Enfermagem: 130 mortos!

Nessa mesma semana, a Enfermagem costuma todos os anos celebrar seu Dia (12 de maio). Porém, 2020

foi marcado pelo Ato em Brasília na Esplanada dos Ministérios, registrando os trabalhadores de enfermagem mortos. O protesto também foi uma forma de pedir melhores condições de trabalho: “A Enfermagem está morrendo, mas não é de hoje. Há muitos anos, jornadas exaustivas de trabalho, salários defasados e aposentadorias injustas deprimem e matam milhares de profissionais da categoria. O país não pode continuar condenando à morte quem trabalha para salvar pacientes. Profissionais da Enfermagem não podem continuar a ir à guerra, sem armas para lutar e se defender”, relata enfermeira Fabiana Sena no ato.

Retrato desse descaso são os números: no mundo são registrados 260 óbitos de profissionais de enfermagem, e o Brasil lidera com 130 mortes! “Um dos fatores para a alta mortalidade é que boa parte dos serviços

de Saúde não afastou profissionais com idade avançada e com comorbidades. Eles continuam atuando na linha de frente da pandemia quando deveriam estar em serviços de retaguarda ou afastados. Outro problema enfrentado é a falta de equipamentos de proteção individual os EPIs. Não apenas a escassez desses produtos, mas também a qualidade do material é questionável” afirma Manoel Neri, presidente do Conselho Federal de Enfermagem -Cofen.

Para livrar a cara de sua responsabilidade, Bolsonaro baixou a Medida Provisória 966, um salvo conduto para seus atos criminosos, como o uso sem controle de medicamentos não comprovados cientificamente como a Cloroquina, da omissão por não proporcionar ventiladores e leitos de UTIs para todos, nem EPIs para os trabalhadores.

Juliana Salles

DESIGUALDADE ESCANCARADA

As condições para enfrentar a pandemia não são iguais. A desigualdade no Brasil (de salário, sanitárias, etc.) escancara que milhões de brasileiros vivem em condições nas quais se tornam completamente vulneráveis à contaminação.

105 milhões de brasileiros sobrevivem com R\$ 438 por mês, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em média, os 50% mais pobres ganham R\$ 850, menos de um salário mínimo, para sustentar suas famílias por mês. 20% ganham a metade disso, R\$ 471. É por isso que milhões recorrem, muitos sem conseguir, aos R\$ 600 para enfrentar o impacto econômico da pandemia. Desigualdade gritante também entre homens e mulheres, brancos e negros. Homens ganham 28,7% mais que mulheres e brancos ganham quase o dobro do que negros e pardos. Desigualdade refletida no ganho por escolaridade, uma pessoa com ensino superior ganha, em média, 3 vezes mais do que quem tem ensino médio e 6 vezes instrução primária. E ainda existe no Brasil 32% de lares sem esgoto sanitário.

Em meio à pandemia, farra com dinheiro público

Organizações Sociais (OSs) destroem a saúde pública

A pandemia do coronavírus não era esperada, mas a destruição dos serviços públicos é uma política deliberada que agora demonstra seu lado mais sombrio. Na saúde, a entrega dos hospitais às Organizações Sociais (OSs) leva ao caos e ao desvio de verbas públicas.

O estado de Amazonas, um dos quadros mais dramáticos, já contabilizou mais de 1.285 novos infectados pelo novo coronavírus (sábado 16), sendo 19.677 casos confirmados e chegando 1.375 mortos.

No Amazonas, o Conselho Regional de Medicina do Estado registra que, em janeiro de 2019, havia 5.114 médicos ativos; em janeiro de 2020, caiu para 4.865, menos 249 médicos em um ano. A razão é a piora nas condições de trabalho e atraso de

salários constantes.

O Ministério Público Federal, desde 2016, investiga desvios de verbas na “Operação Maus Caminhos”, onde dois ex-secretários, ex-gestores e empresários foram condenados. Os desvios, pelo médico e empresário Mouhamad Moustafa, dono da Salvare Serviços Médicos, chegam a R\$100 milhões. Há também o Instituto Novos Caminhos organização social, que gerencia unidades estaduais de saúde (daí o nome da operação). As fraudes envolveriam pelo menos quatro empresas e contratos superfaturados.

Hospitais de Campanha, tudo OSs

Pelo país fora os hospitais de campanha construídos às pressas e com verbas públicas, sem licitação, são

entregues às OSs.

Em São Paulo, Dória e Covas fazem total parceria nesta área: já são R\$ 92 milhões para as OSs. No caso, Albert Einstein, Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde (IABAS), Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM) e Serviço Social

da Construção Civil do Estado de São Paulo (SECONCI), todas já atuam no Estado e no Município, e foram alvos de várias denúncias.

Mais do que nunca é necessário manter a luta pelo fim das OSs e a volta para a administração direta.

João B. Gomes

ENTIDADES SINDICAIS EXIGEM FILA ÚNICA DE LEITOS

A Confederação Nacional de Seguridade Social, seguidas pelas Central Única dos Trabalhadores e outras entidades sindicais exigem, a requisição dos leitos privados de Terapia Intensiva para fila única, com controle pelo SUS e sistema de regulação unificado. O Manifesto “Leito para Todos: Vidas Iguais” também exige o monitoramento e distribuição unificada dos EPIs para os trabalhadores, numa escala muito maior do que vem acontecendo. A ampliação e articulação das empresas para a produção de respiradores, monitores, leitos, testes diagnósticos e EPI. Além de projeções do governo Federal para a projeção da demanda de todos os recursos e atendimento delas.

42 anos da histórica greve na Scania

Movimento se estendeu pelo ABC e foi um marco na consciência de classe dos trabalhadores



O dia 12 de maio de 1978 é um marco na luta dos trabalhadores brasileiros. Naquela sexta-feira, os metalúrgicos da Scania, em São Bernardo do Campo, pararam a fábrica, iniciando uma onda de greves de massa que o país não via desde 1968 (a greve era proibida de fato pela “lei de greve”).

De forma organizada, os metalúrgicos da Scania desligaram as máquinas, reivindicando 20% de reajuste salarial, além do índice determinado pelo governo. A Federação dos Metalúrgicos, na verdade, fingia que negociava com os patrões, até o governo militar determinar o índice de reajuste. Por isso, o Sindicato

dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema tinha rompido com a Federação pelega e avisado que ia negociar em separado.

“No dia anterior, o Gilson (Menezes) ligou para o Lula e para a diretoria avisando que íamos parar. Não acreditaram. O movimento foi espontâneo, na medida em que não

foi organizado pelo sindicato, mas foi fruto do movimento dos trabalhadores e do sindicato porque criou o ambiente”, disse Augusto Portugal, ativista da Scania na época, em entrevista à “Tribuna Metalúrgica”, jornal do sindicato (11/5/20).

Nos dias e semanas seguintes, o movimento se estendeu para outras fábricas, desafiando a legislação da ditadura e enfrentando a repressão interna de chefes e seguranças.

Na segunda-feira, dia 15, foi a vez da Ford. Ali, a greve atingiu, em uma semana, todos os trabalhadores da fábrica. No dia 16, enquanto o pessoal da Scania voltava ao trabalho, os operários da Mercedes cruzaram

os braços.

Na Volks, a greve começou no dia 19, e registrou o embrião de uma organização de base, com a eleição de delegados em alguns setores para discutir com a empresa. Em toda a região do ABC, quase 70 mil trabalhadores pararam em maio. Até agosto, o número elevou-se a 120 mil, em mais de 130 empresas.

O sindicato foi chamado para negociar pelos trabalhadores, mas não convocou nenhuma assembleia para centralizar o movimento. Somente nas campanhas salariais dos anos seguintes houve essa centralização.

“Explosão de alegria”

As greves não surgiram do nada. Eram parte do crescimento do movimento de massas no Brasil em luta contra a ditadura. O movimento estudantil começara a reconstruir suas entidades livres e saíra às ruas em passeatas pelas reivindicações da juventude. O movimento popular procurava se organizar nos bairros. A luta por liberdades democráticas e pela anistia ampla, geral e irrestrita se intensificava.

Em São Bernardo, mesmo, greves parciais tinham ocorrido desde março de 1978, no interior da Ford

e da Mercedes. No ano anterior, o Sindicato dos Metalúrgicos, com Lula à frente, fizera uma campanha pela reposição de 34,1% de perdas salariais acumuladas em decorrência da manipulação dos índices de inflação pelo governo.

Foi o movimento real dos trabalhadores o qual abalou a estrutura sindical atrelada ao Estado, vigente na época. Buscando organizar-se, eles desenvolveram na prática sua consciência de classe. Nesse processo, passaram a discutir e a construir um partido e uma central sindical, além de comissões de fábrica.

No último dia 15, numa live que discutiu os 42 anos da greve da Scania, promovida pelo Instituto Lula e conduzida pelo próprio Lula, Augusto Portugal recordou: “Na sexta-feira, entramos e paramos a fábrica. (...) Pra mim, com 26 anos, que estava na Scania já há dois anos, militante do sindicato, participava do grupo de teatro do sindicato, Grupo Ferramenta, estava todo envolvido com a nossa luta, foi, no fundo, uma explosão de alegria, né? Da certeza de que, sim, nós temos uma força, vamos fazer valer essa força. Fizemos. E aí começou um ciclo de greves”.

Cláudio Soares

Das grandes mobilizações ao PT e à CUT

As páginas de “O Trabalho” apanharam passo a passo a organização dos trabalhadores a partir das greves de 1978.



Estouraram as greves

“Para mostrar que as pressões, ameaças e toda espécie de violência não conseguem acabar com sua força, quase 70 mil trabalhadores entraram em greve

no ABC – dando início a um movimento que já começa a se espalhar, rapidamente, por outras cidades mais próximas. Em pouco mais de dez dias, as greves colocaram em questão o edifício que o regime militar levou 14 anos para construir.” (O Trabalho n° 1, de 30/5/1978)

Primeiras conquistas

“Em nenhuma fábrica se conseguiu, ainda, um aumento

de 20%, conforme se havia exigido. Mas em todas elas os trabalhadores já conquistaram 5%, 10% e até 15% de aumento em seus salários. (...) A lei de greve começa a vir abaixo (...). Enfrentando a duríssima repressão interna de algumas empresas, os trabalhadores conseguiram criar comissões de fábrica em alguns lugares.” (OT n° 2, de 15/6/1978)



Fundação do PT

“(...) no dia 10 de fevereiro, em São Paulo, uma reunião de 1.200 trabalhadores de 18 Estados brasileiros aprovou o Manifesto de Fundação do PT.

Esta reunião representou um passo positivo no sentido de consolidar o PT (...). Bastou a articulação do PT ganhar um pouco de solidez, e contar com um manifesto onde seus membros dedicam muita ênfase à organização independente dos trabalhadores, para a burguesia iniciar uma campanha pública visando a

impedir o movimento pró-PT de se transformar num partido operário, de classe.” (O Trabalho n° 49, de 26/2/1980)

Comissão de Fábrica da Ford

“No dia 18 de janeiro de 1982, a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos assinou um acordo com a Ford, no qual aquela empresa reconhece a Comissão de Fábrica. Essa vitória é resultante de uma série de combates travados pelos trabalhadores da Ford no último ano, em que a greve com ocupação de fábrica, pela readmissão de 11 companheiros, foi o ponto mais alto.” (OT n° 138, de 27/1/1982)

Comissão de Fábrica da Volks

“[Anunciada] a formação da Comissão de Fábrica da Volkswagen – a maior empresa da região. Isto significa mais uma vitória dos trabalhadores. Como se recorda, a Volks havia



tentado impor uma comissão atrelada à direção da empresa (...), [mas] os metalúrgicos – através de um plebiscito – impuseram uma derrota aos patrões, lançando um grito de guerra em defesa de uma comissão de fábrica independente.” (OT n° 176, de 28/10/1982)



Surge a CUT

“A CUT nasceu. (...) Agrupando quase mil entidades sindicais, com as principais lideranças da cidade e do campo presentes, apoiada por mais de 5 mil

delegados eleitos por outras centenas de milhares de trabalhadores reunidos para esse fim em todos os rincões do país, essa central sindical nasce à margem e contra a atual estrutura sindical.” (OT n° 214, de 1/9/1983).

Lançado em 1° de maio de 1978, o jornal O Trabalho está, há 42 anos, a serviço da luta dos trabalhadores

Alemanha: adeus às 8 horas de trabalho

Na pandemia, social democrata ajuda Merkel a retirar direitos

Em 10 de abril, o Ministro do Trabalho da Alemanha, Hubertus Heil, membro do Partido Social Democrata (SPD), em acordo com o ministro da Saúde, Jens Spahn (da direita União Democrática Cristã-CDU), assinou um Decreto "abrindo exceções na lei sobre a jornada de trabalho em função da epidemia da Covid-19".

Para algumas atividades que passaram a ser definidas como "essenciais" foi legalizada a ampliação da atual jornada de 10 horas para 12 horas (mantido o limite de 60 horas semanais).

Também foi autorizada a redução do tempo mínimo de descanso entre duas jornadas, das onze horas atuais para nove horas.

As exceções abertas por esse decreto podem ser aplicadas numa vasta gama de setores, entres os quais a saúde (tratamento médico, enfermagem, assistência social,

cuidadores), serviços de emergência, bombeiros, polícia, segurança, transporte de valores, energia e água, limpeza urbana, centros de logística. Também se aplica à agricultura, e, finalmente, às atividades de "fabricação, embalagem, incluindo engarrafamento, mensageiros, entregas em empresas, e mudanças", particularmente de produtos de necessidade básica e medicamentos.

Indispensáveis? Não, lançados à fogueira!

O decreto provocou forte repúdio e indignação principalmente nos hospitais. "Dizem que nós somos indispensáveis ao funcionamento do sistema, mas na realidade eles nos jogam na fogueira", disse uma companheira do sindicato Ver.di.

Há muito as organizações patronais exigem a "flexibilização" da lei sobre a jornada. Os patrões querem "o adeus à jornada de oito horas",

conforme a manchete do jornal Handelsblatt de 4 de abril de 2018.

A Comissão Operária do Partido Social Democrata (SPD) de Berlim denunciou: "Hubertus Heil, mediante decreto e, portanto, sem discussão, no Parlamento ou no Conselho Federal do governo,

flexibilizou a lei sobre a jornada de trabalho (por enquanto até 31 de julho). É o que o patronato exige há muito tempo. Essa nova regulamentação é de interesse dos trabalhadores? Certamente não.

Gotthard Krupp

SISTEMA DE SAÚDE ASFIXIADO POR CORTES ORÇAMENTÁRIOS

Em toda a Alemanha funcionários de hospitais exigem medidas imediatas para a proteção dos funcionários e pacientes, multiplicando cartas abertas aos poderes federal e local. Aqui estão três exemplos.

⊖ **Baixa Saxônia e Bremen:**

"Com nosso sindicato Ver.di, nós representamos dez mil funcionários. Nós nos desdobramos em nossos hospitais: enfermagem, fisioterapia, limpeza, cozinha, logística, administração, informação, transporte de doentes, laboratórios ou no controle de gestão médica, nos outros serviços terapêuticos, médicos e psicológicos bem como no serviço social. Precisamos de verbas e equipamento. Hoje nosso trabalho é mais difícil por causa de décadas de uma política de saúde sabotada e orientada para a rentabilidade e a concorrência. Quando tivermos superado o pior, vamos jogar todo nosso peso para reconstruir um sistema de saúde, anular todas as privatizações. Precisamos de um sistema de saúde pública, não para os grandes grupos ou acionistas, mas para a sociedade."

⊖ **Saxônia, Alta Saxônia e Turíngia:**

Os funcionários hospitalares de muitos estabelecimentos também se manifestaram no sentido das reivindicações gerais. Além disso eles exigem especialmente "a revogação da lei de flexibilização do tempo de trabalho que aumenta a jornada de trabalho para doze horas e reduz o tempo de repouso mínimo para nove horas".

⊖ **No Centro Hospitalar Universitário do Sarre**

São os médicos, enfermeiros, pessoal da limpeza e lavanderia, terapeutas, estagiários, empregados do laboratório, da cozinha, assistentes de suprimentos e todas as outras categorias profissionais, que escrevem ao presidente do Sarre em uma carta aberta com mais de quinhentas assinaturas: "Não nos sentimos adequadamente protegidos (...)! Para economizar as roupas de proteção, as regras de higiene e de proteção contra a Covid-19 são ignoradas." Eles exigem medidas imediatas para acabar com essas deficiências.



EUA tem maior desemprego desde 1948

23 milhões de pessoas procuram, mas não encontram emprego

A taxa de desemprego nos Estados Unidos saltou de 3,5% em março para 14,7% em abril. É o maior nível desde que começou a estatística em 1948, pelo BLS (o IBGE dos EUA). São 23 milhões de pessoas que procuraram emprego e não encontraram em abril. E o BLS ainda alerta que o número é subestimado em ao menos 5%, já que muitos – embora necessitando de emprego sequer procuraram-no por ora, seja por desalento ou por ter conseguido acesso aos escassos benefícios emergenciais (da Pandemia) concedidos pelo governo.

Além dos desempregados, havia em abril 18,1 milhões de trabalhadores com contratos suspensos, podendo perder o emprego a qualquer instante. Ao todo no mês, apenas metade dos americanos estavam

trabalhando. É o nível mais baixo desde a 2ª Guerra.

Os maiores índices de desemprego estão entre os mais vulneráveis e os que recebem menos. No mês de abril, 15,7% das mulheres, 16,7% dos negros, 18,9% dos latinos-hispanos e 31,9% dos adolescentes procuraram emprego mas não encontraram. Os ramos mais atingidos são lazer (7,7 milhões de empregos perdidos, ou 47% dos funcionários do setor), indústria (perda de 1,3 milhão de empregos), notavelmente a automotiva (382 mil). Mas o setor de saúde também perdeu 1,4 milhão de empregos devido ao fechamento de muitos consultórios.

O fim dos confinamentos nas próximas semanas e meses é também motivo de preocupação da

classe trabalhadora. A central sindical AFL-CIO exige um plano do governo para o pós "distanciamento-social", pois há desconfiança em relação à sua preparação. A AFL-CIO exige garantia da segurança dos trabalhadores, com equipamentos de proteção individual adequados e em número suficientes.

Assassinatos de negros durante o confinamento

A polícia matou Steven Taylor, de 33 anos, em um supermercado próximo a Oakland, Califórnia, em 19 de abril. Ele estava tendo um ataque de esquizofrenia e andava agitando um taco de beisebol. A polícia chamada ao local imediatamente disparou dois tiros de Taser (revólver de eletrochoque) ordenando-o a

largar o taco. Com o taco já no chão, policiais dispararam duas balas e, finalmente, uma terceira quando Steven estava caído e o deixou morrer sem prover primeiros socorros.

Em 23 de fevereiro, na Geórgia, Ahmaud Arbery, negro de 25 anos, foi morto a tiros enquanto fazia jogging. Os dois assassinos, um ex-policial e seu filho, alegaram tê-lo confundido com um ladrão fugitivo. Levou mais de dois meses para o vídeo ser postado na Internet. Protestos têm ocorrido contra três juízes que haviam trabalhado com um dos assassinos antes da apresentação das acusações.

Oito anos após os primeiros protestos do Black Lives Matter (a vida dos negros é importante), seu slogan ainda é muito atual hoje.

Argélia sob um vulcão

Razões que levaram ao movimento revolucionário em 2019 continuam a existir e se agravam

De acordo com o jornal online “Algérie Part”, relatórios de três corporações (polícia, guarda civil e segurança nacional) elaborados em março mencionaram “risco de retomada súbita das manifestações populares no final da crise sanitária da Covid-19”. Um risco classificado como “muito alto” pelos diferentes serviços de segurança.

Para cortar pela raiz essa perspectiva, diz o “Algérie Part”, “as autoridades argelinas lançaram uma campanha de repressão a toque de caixa para amordaçar os ativistas e militantes do Hirak em pleno confinamento sanitário”, a fim “de reduzir desde já sua influência sobre a onda de protesto popular o qual vai se desencadear nos dias seguintes ao fim do confinamento”.

Ainda que não se possa confirmar a existência de tais relatórios, a tensão social é perceptível em todo o país. Os trabalhadores e as camadas populares, em situação cada vez mais precária, bem como a juventude, não esperaram o fim do confinamento para expressar sua aflição e sua inconformidade.

De fato, a onda de prisões generalizadas que atingiu ativistas e militantes políticos em escala nacional, tal como o medo e a angústia da propagação do coronavírus, não

impediram os argelinos de reagir por diferentes formas de mobilização.

Já antes da crise sanitária, a situação social era insustentável em consequência da política de austeridade realizada pelos últimos governos do ex-presidente Bouteflika. A emissão de dinheiro causou uma desvalorização do dinar em 60%. O congelamento dos projetos e dos salários, a não substituição dos aposentados fizeram explodir o desemprego, colocaram em dificuldades a economia nacional.

Os três meses de confinamento em função da Covid-19, decididos por conta da falta gritante de meios de proteção, agravaram severamente as condições de vida da maioria do povo. A paralisação da atividade econômica lançou na extrema precariedade milhões de famílias as quais perderam suas rendas.

Demissões e protestos

A multinacional Shlumberger não hesitou em pôr na rua 50% de seus empregados, causando uma mobilização dos trabalhadores e de sua seção sindical UGTA. Na Air Algérie, a direção da companhia nacional, sob pressão do governo, quer reduzir os salários pela metade, o que gerou forte reação dos sindicatos.

A magra quantia de 10 mil dinares



Em 16 de maio, manifestação contra prisões arbitrárias na Argélia

argelinos concedidos pelo Estado a dois milhões de famílias que perderam o emprego e/ou atividade, além de não servir para grande coisa, provocou irritação por causa dos critérios subjetivos adotados para estabelecer as listas de beneficiários. Diversos coletivos de trabalhadores, dentro ou fora de sindicatos, organizaram greves, manifestações, ocupação de vias públicas.

Por falta de pagamento do salário de abril, os 600 trabalhadores do complexo têxtil de Draâ Ben Khedda (público) bloquearam por duas horas o eixo rodoviário Tizi-Ouzu-Argel. Em Relizane e em outras comunas da Argélia, milhares de pessoas correm para as sedes das prefeituras, seja para receber a modesta quantia da solidariedade, seja para protestar contra sua exclusão da lista dos “destituídos”.

A degradação das condições de vida para a maioria, a opulência exibida por uma minoria parasitária e as

provocações em toda a linha levaram à irrupção revolucionária das massas, reivindicando, durante meses, o fim do sistema. Todos os observadores honestos afirmam: as razões que levaram milhões de argelinas e argelinos a eclodir o movimento revolucionário de 22 de fevereiro de 2019 não só continuam a existir, como foram agravadas.

Empurrada contra a parede, a imensa maioria do povo não tem outra escolha a não ser resistir e preparar o contra-ataque. Os argelinos não querem morrer de coronavírus nem de fome. Querem viver com dignidade e desfrutar de todos os seus direitos políticos, econômicos e socioculturais.

Aksil T.

CARTA DE LUÍSA HANUNE

A secretária-geral do Partido dos Trabalhadores da Argélia, Luísa Hanune, divulgou carta no dia 8 de maio, em nome do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio (Cili), em que avalia a situação mundial e propõe a manutenção do intercâmbio entre forças vivas do movimento operário e popular defensoras de uma política de independência de classe. Leia na íntegra em www.petista.org.br

Militantes chineses são libertados após quinze meses de prisão

Condenados e presos por “reunir multidão para perturbar ordem pública”

O Boletim do Trabalho na China, de 9 de maio, informa que cinco militantes operários bastante conhecidos voltaram para casa, mais de quinze meses após sua prisão durante uma batida policial coordenada em 21 de janeiro de 2019.

As famílias e os companheiros de Wu Guijun, Zhang Zhiru, Jian Hui, Song Jiahui e He Yuacheng confirmaram que os cinco militantes estão agora em segurança em suas casas e com boa saúde. Eles foram acusados de ter “reunido uma multidão para perturbar a ordem pública”. Após um julgamento a portas fechadas, Zhang Zhiru e Wu Guijun foram condenados a três anos de prisão com suspensão de quatro anos e Jian Huang, Song Jiahui e He Yuancheng a dezoito meses de prisão com suspensão de dois anos.

Pressupõe-se que os militantes foram libertados em 24 de abril, mas em virtude da epidemia contínua de

Covid-19, eles tiveram que passar quatorze dias em quarentena antes de ir para casa.

Suas famílias não sabiam da libertação e nem que eles haviam sido condenados, até o seu retorno em 7 de maio. Elas tinham contratado advogados de defesa após a prisão dos cinco militantes no ano passado pelo Gabinete de Segurança Pública do distrito de Bao’na, em Shenzhen.

No entanto, as autoridades fizeram uma pressão enorme para que demitiram seus advogados e aceitassem defensores públicos. Assim, as famílias não conseguiram obter informações em tempo oportuno sobre os seus processos.

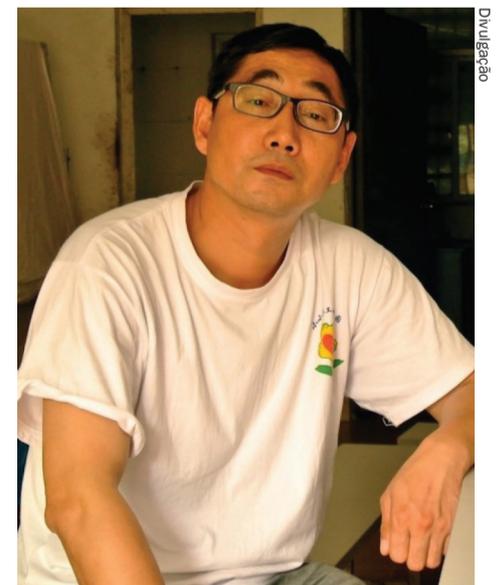
Vários militantes ainda seguem presos

Embora a libertação destes ativistas seja uma notícia muito boa, convém salientar que vários outros militantes operários sofrem ainda alguma forma de detenção ou de restrição

de movimentos, e nenhum dos libertados foi autorizado a retomar seu trabalho de assistência aos trabalhadores em dificuldades.

Os cinco militantes, agora libertados, tiveram um papel chave no movimento operário chinês durante a década de 2010.

O artigo do Boletim do Trabalho na China conclui: “Deve-se enfatizar que toda essa vitória foi alcançada sem a ajuda da Federação dos Sindicatos da China (ACFTU). Como destaca o diretor executivo do Boletim do Trabalho na China, Han Dongfang: “se o sindicato oficial chinês fosse mais inclusivo e tivesse colaborado com esses militantes da sociedade civil, os benefícios para os trabalhadores teriam sido ainda maiores. É uma lição importante que o sindicato ainda precisa aprender, e nós apelamos à ACFTU que faça exatamente isto, a fim de evitar sofrimentos desnecessários no futuro.”



Zhang Zhiru, um dos libertados, militante sindical de Shenzhen, fundou o Centro dos Conflitos do Trabalho de Chunfeng em 2007, que esteve envolvido em vários conflitos do trabalho na década de 2010 e orientou milhares de trabalhadores nas negociações coletivas com seus empregadores.

Chile: a explosão social segue latente

Protestos contra a fome brotam em vários pontos do país

Passados sete meses do início da explosão social no Chile, ela continua latente e pode rebrotar a qualquer momento.

Em diferentes comunas (subprefeituras) de Santiago e em várias regiões do país, voltaram a ocorrer, desde 18 de maio, protestos contra a pouca ou nenhuma ajuda recebida pelos mais pobres neste período de pandemia.

No domingo, 17 de maio, em cadeia nacional, o presidente Piñera anunciou uma ajuda de dois milhões de cestas básicas de alimentos e artigos de saúde, mas sem dizer quando e como seriam entregues ao povo. Situação a qual levou muita gente a aglomerar-se diante das sedes das comunas, especialmente nas mais pobres.

Na comuna de El Bosque começou um protesto pela morte de alguns idosos, que foi crescendo e desaguou numa manifestação de massa

durante todo o dia 18. As principais exigências eram alimentos e emprego, mais fortes que o temor ao contágio da Covid-19.

O contraste entre a escassa ajuda aos setores necessitados e o grande apoio dado pelo governo às grandes empresas e seu gasto milionário para equipar as forças de repressão acumulou raiva no povo, o qual partiu para o enfrentamento com os Carabineiros policia e as Forças Armadas, obrigando-os a recuar e manter distância dos manifestantes. Situação que também ocorreu em outras localidades, provocando temor no governo de uma propagação em cadeia dessas manifestações.

Piñera reconheceu ter cometido erros, tratando de esfriar a situação, mas, os questionados ministro da Saúde, Mañalich, e o general dos Carabineiros, Rozas, continuam em seus cargos.

Novo pacto social?

Nessa situação, partidos políticos, inclusive da oposição institucional, como o PS, falam em "pacto social" diante da crise sanitária, econômica e social. Setores da direita, por seu lado, falam em anular o plebiscito sobre a Constituinte de outubro próximo.

Enquanto isso, não há orçamento para ajudar os mais necessitados, nem vontade política para solucionar o drama das aposentadorias.

Assim, o simples fato do Senado ter declarado admissível a iniciativa da Coordenação Nacional "No + AFP" propondo a anulação do Decreto Lei 3500, imposto pela ditadura Pinochet em 1980 para criar o sistema dos fundos de pensão privados (as AFP), dá um alento à luta por uma



seguridade pública e universal, que foi aliás, um dos elementos que concorreram para a explosão social de outubro de 2019, a mesma que hoje reaparece nos protestos populares contra a fome em plena pandemia.

Javier Márquez, de Santiago em 19 de maio

Trump ameaça Irã por enviar gasolina à Venezuela

Após fracasso da ação mercenária, imperialismo segue pressão



Em Caracas, fila em posto de abastecimento por falta de gasolina

Após o fracasso da incursão mercenária de 3 de maio, com o desastre da chamada Operação Gedeão encomendada por Juan Guaidó e Trump à empresa Silvercorp nos EUA, novas ações contra a Venezuela foram adotadas por Washington.

Mesmo sendo um país petrolífero, a Venezuela importa aditivos para a produção de gasolina. Daí as pressões ilegais dos EUA para romper relações comerciais de companhias petrolíferas europeias e a estatal PDVSA, além do bloqueio a centenas de barcos petrolíferos na costa do país.

Cinco barcos petrolíferos iranianos, com 1,4 milhões de barris de gasolina e aditivos, navegam em direção à Venezuela, graças a um acordo entre os dois países, quebrando assim as sanções dos EUA. Há 15 dias aviões iranianos trouxeram equipamentos para recuperar instalações de refinadoras em Paraguaná.

O governo Trump anunciou que avalia ações para "castigar o Irã" por ajudar a Venezuela. O governo iraniano respondeu que tomaria as medidas necessárias para fazer os barcos chegarem ao seu destino e que qualquer ameaça contra eles teria uma "resposta rápida e decisiva".

AT&T encerra operações no país

A corporação AT&T de telecomunicações, serviços de voz, vídeo, dados, internet, controla a Directv, a maior operadora de TV a cabo dos EUA. Na Venezuela a Directv detinha 45% do mercado de TV paga e acaba de anunciar que encerrou suas operações no país. A maior parte de sua programação era de entretenimento e esportes, mas ela vinha alojando canais nacionais, inclusive os do Estado, e também a Telesur, que depende da plataforma da Directv para sua distribuição em outros países da América Latina;

O apagão informativo da Directv se soma ao bloqueio à entrada de gasolina no país, num esforço do governo Trump para endurecer a via econômica para a desestabilização do governo venezuelano. O que reforça ainda mais a necessidade de ampliar a campanha contra as agressões do imperialismo dos EUA contra a soberania da Venezuela (ver box).

Alberto Salcedo, de Maracaibo

FIM IMEDIATO DAS AGRESSÕES À VENEZUELA!

Está em curso campanha impulsionado pelo Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos (AcIT), por solicitação dos sindicalistas e deputados constituintes venezuelanos Raúl Ordoñez e Nelson Herrera, contra as agressões do imperialismo dos EUA ao país irmão.

No Brasil, já adotaram moções o Sindsep-SP (municipais), o Sindsep-DF (federais), a Condsef e a CUT nacional, através de seu secretário de relações internacionais Antonio Lisboa. Moções foram adotadas também por organizações políticas e sindicais do Peru, México, Guadalupe, dentre outros países, apoiando os pontos seguintes:

- Fim imediato dos ataques de Trump contra a soberania da Venezuela
- Fim imediato de todas as operações militares
- Anulação das sanções e do bloqueio econômico
- Todos os recursos das nações para combater a pandemia

✉ **Enviar para:** Leonardo Caraballo: cbolivarianainfo@gmail.com
Lídice Altuve: licealt@yahoo.com

✉ **Com cópias para:** raulordonez20@gmail.com | julioturra@cut.org.br | culturadetrabajo.apn@gmail.com

O TRABALHO PT

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$ 60,00 • 24 edições: R\$ 120,00 • Assinatura solidária: R\$ 150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br